

O ESTADO DE S. PAULO — Sábado, 9-6-84

**Pérsio Arida** — As restrições de ordem externa ao crescimento econômico brasileiro, através da asfixia cambial, são bem conhecidas. Elas apenas se tornaram públicas a partir de 1983, quando o governo brasileiro recorreu ao Fundo Monetário Internacional. Hoje, nós estamos claramente com o FMI, o tempo todo, às nossas portas. O País continua sendo administrado por uma crise cambial, mas as restrições internas ao crescimento também já se fazem presentes.

A idéia de que o País pode voltar a crescer rapidamente, logo que se renegocie a dívida externa, não pode ser aceita sem certos cuidados. Aliviar a restrição externa é condição necessária, mas não suficiente, porque nós já estamos vivendo sob o impacto de restrições internas. A restrição externa, mais cedo ou mais tarde, deve ser aliviada.

O Brasil fez uma série de reformas estruturais que lhe permitem obter superávits expressivos na balança comercial, de forma permanente, e poderá obter algum acordo que diminua a transferência real de recursos para o Exterior. Um mínimo de boa vontade e de apoio político será necessário, é claro, mas essa renegociação é viável.

Vou, então, examinar o lado mais nebuloso da questão da recuperação econômica, que são entraves internos. Aliviar a restrição externa significa diminuir o fluxo real de transferência de recursos para o Exterior. Na questão das restrições internas, a direção a seguir não é tão clara. Tradicionalmente, tem-se pensado que a inflação se acelera toda vez que ocorre a recuperação econômica. Mas esta é uma fórmula um pouco simplista.

Há alguns nós que precisam ser desatados e, a meu ver, é neles que precisamos centrar nossa atenção. O primeiro é o problema da fragilidade financeira da economia. A fragilidade financeira pode ser vista em vários níveis. As estatais têm uma dívida em dólar que cresce a taxa muito maior que a sua capacidade de pagá-la. Enquanto não for resolvido este problema, as estatais não têm nenhuma condição de retomar seus investimentos.

E claro que a dolarização da dívida das estatais foi uma decisão política consciente, ou seja, foi o modo pelo qual as autoridades da política econômica conseguiram vencer os lobbies associados às estatais. As estatais tinham uma dívida em dólar. Desvalorizando o câmbio, elas tornam-se frágeis financeiramente, sendo obrigadas a cortar o investimento. Claro que há uma dinâmica política por detrás do problema do endividamento das estatais, mas o fato é que, hoje, elas estão endividadas e não podem retomar o investimento.

## Faz de conta

O segundo aspecto da fragilidade financeira é o problema da dívida pública interna do País. É uma dívida pública em volume extremamente elevado e na qual não há a figura do tomador final. A dívida pública americana é igualmente expressiva; mas, lá, o governo vende o título, alguém compra e fica com ele. A dívida pública brasileira, ao contrário, roda a cada 24 horas. A ausência de um tomador final faz com que essa dívida pública funcione como um constante entrave para a política monetária.

O terceiro aspecto da fragilização financeira é a relação entre bancos e empresas privadas. O que mais se temia, o colapso geral das empresas, não aconteceu. O que houve foi um gradativo congelamento nos processos de rolagem de passivos das empresas: quer dizer, o banco faz de conta que recebeu e faz de conta que emprestou de novo.

Claramente, esse processo de fragilização financeira — que, curiosamente, afeta tanto as empresas quanto os bancos — é ocultado pelos processos contábeis, porque o banco conta os lucros que ele está tendo com empréstimos como se fossem lucros efetivos, enquanto a empresa rola a sua dívida, de alguma forma mascarando os impactos que isso teria sobre o preço de suas ações. Mas, claramente, é um problema que, do ponto de vista de uma retomada efetiva do crescimento, precisa ser resolvido.

Além dos problemas de fragilização financeira, o segundo nó decisivo da economia brasileira está na agricultura. A disponibilidade per capita de alimentos é claramente decrescente. Não só isso, mas o Brasil vive constantemente o sobressalto da falta de política agrícola. Uma grande subida de preços relativos foi verificada recentemente. Não se pode pensar em nenhuma melhoria do salário real da população se não se equacionar o problema da agricultura. Como fazer isso?

Atualmente há um entrave: justamente se tenta equacionar o problema da agricultura cortando subsídios. Por outro lado, há um esquema de subsídios dificilmente sustentado a longo prazo. Tentar resolver esse paradoxo através de estoques reguladores é uma solução muito custosa, factível para o Mercado Comum Europeu, não para o Brasil. Abrir a agricultura ao comércio exterior, no sentido de liberalização do comércio, é uma questão técnica e politicamente complicada, que se não for bem equacionada pode destruir a agricultura doméstica. O terceiro ponto de estrangulamento da economia é com relação às taxas de juros.

Atualmente, o Brasil continua vivendo com taxas de juros extremamente elevadas, muito maiores do que a boa teoria econômica recomenda. Quer dizer, mesmo com uma economia aberta no mínimo, a taxa de juros interna tem de se ajustar à taxa de juros internacional. Em termos reais, a taxa de juros interna se manteve muito acima da internacional, desde 1981. Mas como reduzir a taxa de juros? Em princípio, a partir de uma reforma dos problemas da dívida interna e de um equacionamento da questão da dolarização da dívida pública. Agora, qualquer uma dessas reformas implica substanciais transferências internas de renda e riqueza. Como viabilizar essas transferências e em que direção elas devem ser feitas?

Trata-se, aí, de um problema curioso porque, em princípio, a solução que os próprios economistas sempre dão é a do famoso pacto social. Mas, até hoje, não sabemos quem negocia e onde se negocia. Na ausência de um pacto social, a experiência recente mostra que, toda vez que se tenta uma transferência de renda ou riqueza, a rapidez de resposta dos agentes econômicos, no sentido de defesa de seus interesses, é muito elevada. Isso quer dizer, na prática, inflação.

A inflação reflete o vigor de respostas dos grupos que seriam prejudicados com a

# O Brasil, agora e depois.

A crise econômica e social, seus desdobramentos e os caminhos para uma solução. Este é o tema desta e das duas páginas seguintes, encerrando o debate iniciado na semana passada.

Quais as implicações sociais da crise econômica? Qual o impacto político da crise social? Em que medida os desdobramentos de ambas as crises poderão conduzir o País a um retrocesso autoritário ou, então, levá-lo a consolidar o processo de abertura? Que representa, nesse contexto, a questão sucessória? O que pode ocorrer caso o próximo governo não tenha a autoridade, a credibilidade e a legitimidade necessárias para implementar e executar uma ampla reforma estrutural no âmbito de uma sociedade heterogênea, desigual, discriminatória e, por tudo isso, explosiva?

Estas questões constituem o fio condutor do debate sobre o Brasil de hoje e de amanhã promovido pelo Jornal da Tarde e pelo Idesp (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo), há três semanas, no salão nobre de O Estado de S. Paulo. Elas balizaram as discussões relativas às dimensões social e econômica da mais dramática crise já vivida pelo País, permitindo a cada um dos participantes dar sua interpretação a partir do ângulo de seu campo de ação profissional.

Apesar das naturais divergências entre os economistas e cientistas sociais convidados, ao final dos trabalhos chegou-se a uma conclusão evidente: a extraordinária transformação quantitativa da economia brasileira e a impressionante transformação qualitativa da sociedade não foram acompanhadas de um processo de democratização das diferentes instâncias do aparelho estatal, razão pela qual o alto grau de mobilização política dos diferentes grupos e classes sociais não encontra, hoje, canais institucionais capazes de acelerar a legitimação do poder e de propiciar uma efetiva negociação em torno de um projeto de recuperação econômica. Daí a importância deste debate, coordenado e moderado pelos professores Bolívar Lamounier e José Eduardo Faria.

Na verdade, os anos 70 mostram uma revitalização do sindicalismo trabalhista clássico, que não teria sido possível sem a decisão do operário industrial mais moderno de utilizar os canais institucionais existentes para o avanço e a representação dos novos interesses e reivindicações surgidos com a modernização industrial.

Outro fenômeno importante surgiu com a perda progressiva do status e o rebaixamento de várias ocupações e profissões que formavam o cerne da antiga classe média brasileira: médicos, professores secundários e universitários, advogados, engenheiros, técnicos de várias qualificações e especialidades. Esta camada encontra dificuldade de no que se refere à ação sindical, inclusive porque grande parte dela trabalha no setor público. Entretanto, aos poucos vai surgindo um movimento sindical da classe média, com características novas. O sindicato é, neste caso, uma alternativa a mais, ao lado das associações representativas, ao lado da utilização mais eficaz da militância partidária, da pressão política. Trata-se, pois, de um processo de constituição de atores políticos. Na eventualidade de ocorrer um processo mais amplo de negociação, em particular sobre a política salarial e distribuição da renda, terá grande significação essa experiência.

## Mais negociação

Há três pontos que eu gostaria de ressaltar e que têm a ver, fundamentalmente, com a potencialidade da atual estrutura de representação sindical, sobretudo no setor industrial. O monopólio da representação de uma categoria que os sindicatos desfrutam, na legislação brasileira, tem um peso significativo no processo econômico e social, não permitindo que piore a distribuição já muito ruim da massa salarial no seio da força de trabalho urbana. Essa característica do sindicalismo corporativista tem sido frequentemente esquecida. As conquistas por ele obtidas, por modestas e limitadas que sejam, são todas elas transmitidas ao conjunto da categoria — vale dizer, a praticamente toda a força de trabalho urbana.

A segunda característica, também importante para se compreender essa consolidação progressiva de novos interlocutores sindicais, é o fortalecimento institucional dos sindicatos trabalhistas. Esse fortalecimento institucional resulta de conquistas (muitas das quais obtidas em períodos de endurecimento da política salarial e trabalhista) como, por exemplo, os descontos em folha, em favor dos sindicatos. Inovações desse tipo vêm criando novas fontes de renda que permitem aos sindicatos escapar, ao menos em parte, dos controles do Ministério do Trabalho.

Finalmente, o último aspecto a destacar é o enorme aumento no recurso à negociação direta entre sindicatos, empresas e trabalhadores. Limitada inicialmente aos sindicatos da área metropolitana de São Paulo, essa forma de resolver conflitos vem-se disseminando nos últimos cinco anos por todo o território nacional, inclusive na área rural. Nas regiões mais avançadas do País, a negociação direta está se tornando o principal modo de resolução de conflitos trabalhistas. São negociações, em grande número, realizadas a margem tanto do Ministério do Trabalho quanto da Justiça do Trabalho.

Um dos resultados claros do aumento da negociação coletiva tem sido uma fortíssima diferenciação e diversificação das pautas negociadas, introduzindo um número grande, crescente e extremamente diferenciado de novas cláusulas, de novos direitos, de novas formas de atuação e de negociação. Em particular, esse crescente recurso à negociação tem também acentuado a

importância da empresa, como o local, por excelência, do conflito e da negociação trabalhista.

O número de acordos entre sindicatos e empresas isoladas é muito expressivo, indicando uma transformação de todo o eixo da política sindical brasileira em direção à empresa, em lugar da categoria indiferenciada. É importante frisar que essas negociações por empresa não se restringem, de forma alguma, ao setor industrial. Elas hoje abrangem setores até recentemente inócuos a uma ação sindical mais militante, como é o caso do comércio, e, finalmente, aos poucos, à própria área rural.

**Walter Barelli** — Nosso esforço principal nesta discussão deve ser no sentido de indicar quem serão os perdedores e os ganhadores. No fundo, a inflação brasileira é uma forma de diluir esses conflitos, de torná-los menos conscientes para seus agentes. Neste sentido, temos de dar maior atenção ao curto prazo, à recessão e às saídas econômicas.

Nós já estamos sob uma nova onda tecnológica que está causando uma mudança enorme na indústria e no comércio, que já mudou os bancos e vai mudar os escritórios e as repartições. Visitando uma empresa automobilística, hoje, vê-se uma fábrica diferente da que se via em 1975. Os efeitos de tudo isso sobre a estrutura ocupacional e sobre o nível de emprego às vezes são mascarados pelo que ocorre em alguns setores. No caso dos bancos, por exemplo, o emprego cresce. E durante uma crise que as empresas introduzem modificações tecnológicas, mudanças nos processos de trabalho, etc. Uma crise em que primeiro ela desempregou; então, na retomada, ela volta a empregar, mas emprega muito menos pessoas por produto final.

A indústria automobilística, hoje, pode servir de exemplo. Ela já recuperou o nível de produção de 1977, mas não recuperou o nível de emprego de 1977. Eu concordo com o Amaury quando ele mostra que o sindicalismo operário efetivamente conquistou um espaço. Ele passou a existir novamente a partir da década de 70. O problema é ver essas coisas nos próximos cinco anos. Nós não temos nenhuma política de emprego. Pode ser que tenhamos uma política de investimento, mas não uma política de emprego. O que há é o *laissez-faire*, que vem resolvendo, entre outras, o problema do desemprego, com um custo social elevadíssimo, de 1981 até hoje.

## Greves e comícios

Tivemos há poucas semanas o movimento dos bóias-frias. Ora, as primeiras reivindicações deles já tinham sido apresentadas em novembro aos fazendeiros, tendo sido recebidas com uma resistência muito grande. A questão das sete ruas na colheita da cana é uma mudança que se tentou introduzir no ano passado, na região de Ribeirão Preto e houve resistência. Esse é um problema localizado, que atinge apenas uma área da agricultura, mas o fato é que hoje a população está mais consciente e não vai querer ser a grande perdedora. Se as maiores não querem perder, e estão aprendendo a resistir à perda, esse vai ser um problema novo em termos de Brasil.

A grande questão é que a sociedade brasileira não está preparada para isso no atual crescimento capitalista. Outros países resolveram esse problema através de esforços de guerra, ou através do seguro-desemprego e de outras medidas de bem-estar social. Em nosso caso, a grande crise é essa: a dificuldade de uma saída através do seguro-desemprego ou mecanismos semelhantes, com novas atividades que dessem emprego para essa população. Isto não me parece previsível. Temos, pois, um cenário um tanto catastrófico, uma população que cresce e que não terá oportunidades.

Mas esta questão pode ser colocada noutros termos. Esse crescimento demográfico e esse aumento dos que não têm emprego estão também associados ao aumento da escolarização e da urbanização. Por pior que seja a escola brasileira, ela capacita o cidadão, ela torna possível que ele tenha acesso a alguma fonte de informação. São recursos importantes, tanto para o trabalho quanto para a participação política. Se um jovem aprende, bem ou mal, a ler e a escrever, nesse sistema, ele pode ter outras formas de participar dessa sociedade moderna. Vai ler jornais, podendo entender algumas coisas de outras culturas que, antigamente, para ele, eram lendas.

Uma grande parte das pessoas que participaram dos comícios pelas eleições diretas, provavelmente, tinha nível universitário. Mas como chegou a esse nível? Foi graças a esse processo de expansão do ensino, de baixa qualidade, sem dúvida, porém ainda assim significativa: Isso cria um desemprego diferente, que a sociedade brasileira nunca soube enfrentar: um desempregado que não vai aceitar paternalismos nem populismos e, principalmente, esmolos.

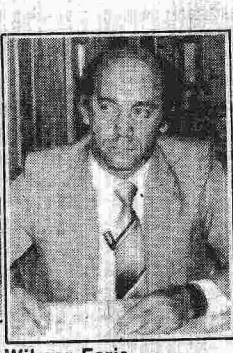
Em 1978, ao dizer-se que o operário brasileiro não tem experiência de greve. Hoje, eles já têm essa experiência. Em 1982, diante do refluxo do movimento sindical, afirmava-se que o medo do desemprego estava fazendo com que o pessoal preferisse atear a fúria de certas vantagens para garantir seus empregos. Bem, como seus empregos não foram garantidos, em 1984 nós temos o mesmo movimento sindical, com uma garra semelhante à de 1978/80.

No mês de abril, houve greves de categorias e "operações tartarugas", que são greves mais inteligentes em determinados momentos, além de movimentos por empresa, que não são necessariamente grevistas. É bem verdade que foram poucos os acordos maiores do que a taxa do custo de vida do último ano. Não se pode negar, pois, que houve uma retomada do movimento sindical, questionando direta ou indiretamente toda a política salarial. Em quatro empresas (Embraer, Mafersa, Cosipa e Usipa), o movimento sindical impôs a quebra de duas leis salariais: a 2.065 e os decretos das estatais. No caso da Petrobrás, o próprio ministro do Planejamento quer deseje uma política salarial que o autorize a pagar, aos grandes executivos, salários de acordo pelo menos com a taxa de variação cambial, para não criar problemas com aqueles que estão servindo à mesma empresa no Exterior, ganhando em dólares.

Outro dado importante é o fato de que o empresariado industrial paulista resolveu, em março, discutir somente com legitimidade. Desse modo, ele passa a aceitar como principal negociador um dirigente sindical cassado, chegando a cumprir um acordo contra a lei, apesar de não registrado e não assinado pelo interventor. Isso mostra como as regras do jogo precisam ser outras.



Pérsio Arida



Wilmar Faria



Amaury de Souza



Walter Barelli



Lamounier



Roberto Macedo

transferência de renda. O que acontece é que os prejudicados rapidamente sobem os seus preços para não perder com as mudanças. Na verdade, o pacto social, hoje em dia, é crucialmente necessário porque a capacidade de resistência dos agentes econômicos é extremamente elevada às transferências de renda e riqueza — e essas transferências são fundamentais para se retomar o crescimento. No momento, parece difícil imaginar politicamente como o pacto social deve ser feito. Isto significa, pois, que o impasse econômico está traçado.

**Wilmar Faria** — O profissional de ciências sociais enfrenta, hoje, uma grande dificuldade para fazer algum prognóstico sobre a situação brasileira. Estamos diante de uma sociedade extremamente nova. Talvez seja a primeira vez, na História, em que uma sociedade deste porte combina ao mesmo tempo algumas características bastante problemáticas.

Em primeiro lugar, é uma sociedade de massas, tendo em vista o tamanho e a movimentação que a população experimentou, nos últimos anos. Em segundo lugar, é uma sociedade de consumo, não no sentido de que as pessoas consomem muito ou consomem pouco, mas no sentido de que a orientação predominante na sociedade está voltada para a esfera do consumo. Em terceiro, é uma sociedade pobre, na medida em que uma grande parte da população não tem acesso aos bens mínimos e elementares que a civilização pôs à disposição dela. Essa combinação, portanto, constitui uma grande novidade: uma sociedade pobre, de consumo, de massas.

## Mudança rápida

Um segundo aspecto a ser destacado é o de que essa sociedade se formou num espaço muito curto de tempo. Basta lembrar que, entre 1950 e 1980, nós vimos surgir, no Brasil, aproximadamente quase 400 novas cidades, considerando como cidades áreas em que vivem mais de 20 mil habitantes. Temos, hoje, no País, aproximadamente 45 milhões de pessoas vivendo em 30 grandes cidades. Estas gigantescas transformações na estrutura de nossa sociedade têm aspectos contraditórios, que dificultam o pacto social a que se referiu o Pérsio. Se, por um lado, essa transformação levou à constituição de grupos sociais com uma certa nitidez, com um certo perfil, com uma certa capacidade de pressionar e reivindicar, por outro lado, também levou a uma enorme fragmentação. Profissões antigas acabaram, novas profissões surgiram, grupos de interesses novos emergiram. Ou seja, houve uma tremenda massificação.

Dentro dessa complexidade e dessa magnitude, destaco três pontos cruciais quando se analisa a questão pelo ângulo das necessidades sociais. Primeiro, a questão das desigualdades sociais, regionais e entre setores, como agricultura x indústria, ou entre diferentes ramos da indústria. Na verdade, se examinarmos o desempenho da economia brasileira nos últimos dez anos, na década de 70, veremos que ela criou um número bastante grande de empregos; só no setor industrial, foram criados aproximadamente 3,5 milhões de novos empregos na década de 70, o que é uma cifra ponderável. Apesar disso, não foi possível resolver o problema.

A questão de tecnologia a ser utilizada nos diferentes setores, e seu impacto tanto na recuperação quanto no emprego, realmente precisa ser estudada com cuidado. Se, num primeiro momento, olharmos superficialmente a cena política, esta aparece como um processo de convergência de interesses: todos são pobres e todos demandam serviços do Estado. Mais concretamente,

porém, os interesses são extremamente diferenciados, motivo pelo qual é preciso um sistema político suficientemente ágil e flexível para poder processar esse conjunto de negociações.

Por último, a questão dos serviços sociais do Estado. Sem entrar numa avaliação a respeito da qualidade dos serviços sociais no Brasil, o fato é que, de uma maneira ou de outra, certos direitos sociais estão relativamente consagrados. Pouco importa, para efeito de raciocínio que estou fazendo, se a Previdência Social é ruim, mas o fato é que o acesso a ela tornou-se algo consagrado e é preciso que o Estado responda a essas necessidades. E, como sabemos, existe uma profunda crise no financiamento desses serviços sociais. Ora, num quadro de crescente complexidade, num país em que 30 a 35% da população se acha em situação de miséria quase absoluta, é evidente que a pressão sobre o Estado só vai aumentar.

Tomemos como exemplo a questão do seguro-desemprego. Na ótica de São Paulo, estariam dadas todas as condições de necessidade e de possibilidade para a criação de um seguro-desemprego. Vendo, porém, o conjunto do País, caracterizado por uma profunda desigualdade e heterogeneidade social, isto é bem mais difícil. O único mecanismo político capaz de processar problemas dessa complexidade e dessa diferença é um sistema bastante flexível de negociação. Numa palavra: uma solução, a médio prazo, com base numa democracia representativa bastante flexível e bem aceita para resolver problemas dessa complexidade.

**Amaury de Souza** — Também enfatizo a emergência de uma sociedade de massas. Essa massificação deveu-se, no essencial, a elevadíssimas taxas de migração rural e urbana e de mobilidade social. As mudanças daí decorrentes são impressionantes sob qualquer critério. No entanto, a mobilidade social vertical está diminuindo. "Subir na vida" já não é tão fácil, pois a sociedade está ficando mais hierarquizada. A classe média, que agora está sofrendo de maneira direta o impacto de uma recessão prolongada, foi a principal beneficiária dos avanços econômicos nos anos 60 e 70. Ela tornou-se o símbolo de todas essas mudanças, de progresso individual e nacional. A meu ver, a recessão deverá afetar negativamente esta noção de que o Brasil é uma sociedade aberta e móvel. Por outro lado, concentração industrial gerou, como sabemos, uma classe operária moderna e também fortemente concentrada em algumas áreas.

## Perda de status

No caso da região metropolitana de São Paulo, por exemplo, os dados da RAIS — Relação Anual de Informações Sociais — mostram que, nos setores de ponta da indústria, bem mais de metade da força de trabalho encontra-se reunida em estabelecimentos que têm, no mínimo, 500 empregados. Em termos brasileiros, isto indica um grau de concentração da força de trabalho desconhecido há poucos anos.

Transformações sociais desse porte criam problemas, evidentemente, como se pode ver pelas questões pendentes da organização sindical trabalhista. No caso do operariado industrial, surgiu um sindicalismo diferente das experiências anteriores com as quais havia contado o País. Mas esse sindicalismo mudou ao longo do tempo o foco principal da sua estratégia, chegando a uma utilização do velho sindicalismo corporativista de forma eficaz e consequente. As modificações por ele introduzidas situam-se no plano da utilização tática e estratégica dessas instituições, não no plano de sua transformação.



**Bolívar Lamounier** — Nós estamos tocando, a todo momento, a questão do chamado **pacto social**. Algumas vezes temos a impressão de que se trata de um pacto generalizado e minucioso, que regule detalhadamente uma miríade de situações. Outras vezes parece uma questão de outra ordem, associada antes à legitimidade global do poder político e da legislação, deixando maior latitude de acomodação dos interesses particulares. Esse ponto sem dúvida merece uma reflexão mais detida.

Os economistas que falam de pacto social costumam apegar-se muito a essa idéia porque o que está na cabeça deles é uma alternativa às políticas conservadoras, que adotam medidas monetárias ou fiscais ortodoxas e isso, às vezes, sancionado até democraticamente pelo sistema político. O governo inglês de Margareth Thatcher é o melhor exemplo. Ela foi eleita para executar aquela política ortodoxa e pronto. Acontece que há uma alternativa que propõe acertar as coisas mediante um mecanismo político diferente. E o caso até mesmo de sindicatos, que chegam a defender o controle de preços e de salários. A idéia é a de que é melhor tentar um combate direto à inflação e acertar a repartição das perdas, para evitar a adoção de um processo indireto, que são as políticas monetárias e fiscais ortodoxas, as quais acabam justamente sacrificando as classes menos favorecidas.

No Brasil, esta questão não está muito em foco porque todo mundo está preocupado com o problema sucessório. Deste processo pode sair aí um governo capaz de manter o esquema atual, que é o "continuísmo", aplicando políticas desse tipo mais ortodoxo, sem nenhuma sanção popular. Mais preocupante, porém, é a hipótese de um governo democrático que faça a mesma coisa, isto é, uma política desse tipo sancionada por voto popular. Por quê? Porque o debate eleitoral é muito ligado a pessoas, não ficando explícito que políticas os diferentes candidatos vão seguir. Um governo desse tipo, no Brasil, seria instável e frustrante.

Há, ainda, o risco de se partir para um esquema **populista**, ocultando a crise, ou seja, o problema de redistribuir o custo desta crise e, às vezes, com promessas de que é possível atravessar este momento sombrio sem maior dificuldade. Um governo desse tipo seria, também, muito instável, porque acabaria adotando políticas econômicas em tão flagrante contradição com a situação da economia que poderia provocar a sua própria instabilidade. Ou seja, um governo que não levasse em conta o problema da inflação e partisse para uma política salarial muito frágil, ou não levasse em conta o problema do setor externo e simplesmente soltasse as amarras da economia.

Diante dessas alternativas igualmente preocupantes, pode-se indagar se é possível o chamado **pacto social** como uma maneira de evitar tanto as políticas ortodoxas quanto o populismo. Observe-se que, neste momento, há um grande complicador: a recessão. Em vez de crescer, o bolo está diminuindo, e repartir essa redução é bem mais complicado. Em termos de gestão de política econômica, quem vai administrar esse problema?

### Classe média?

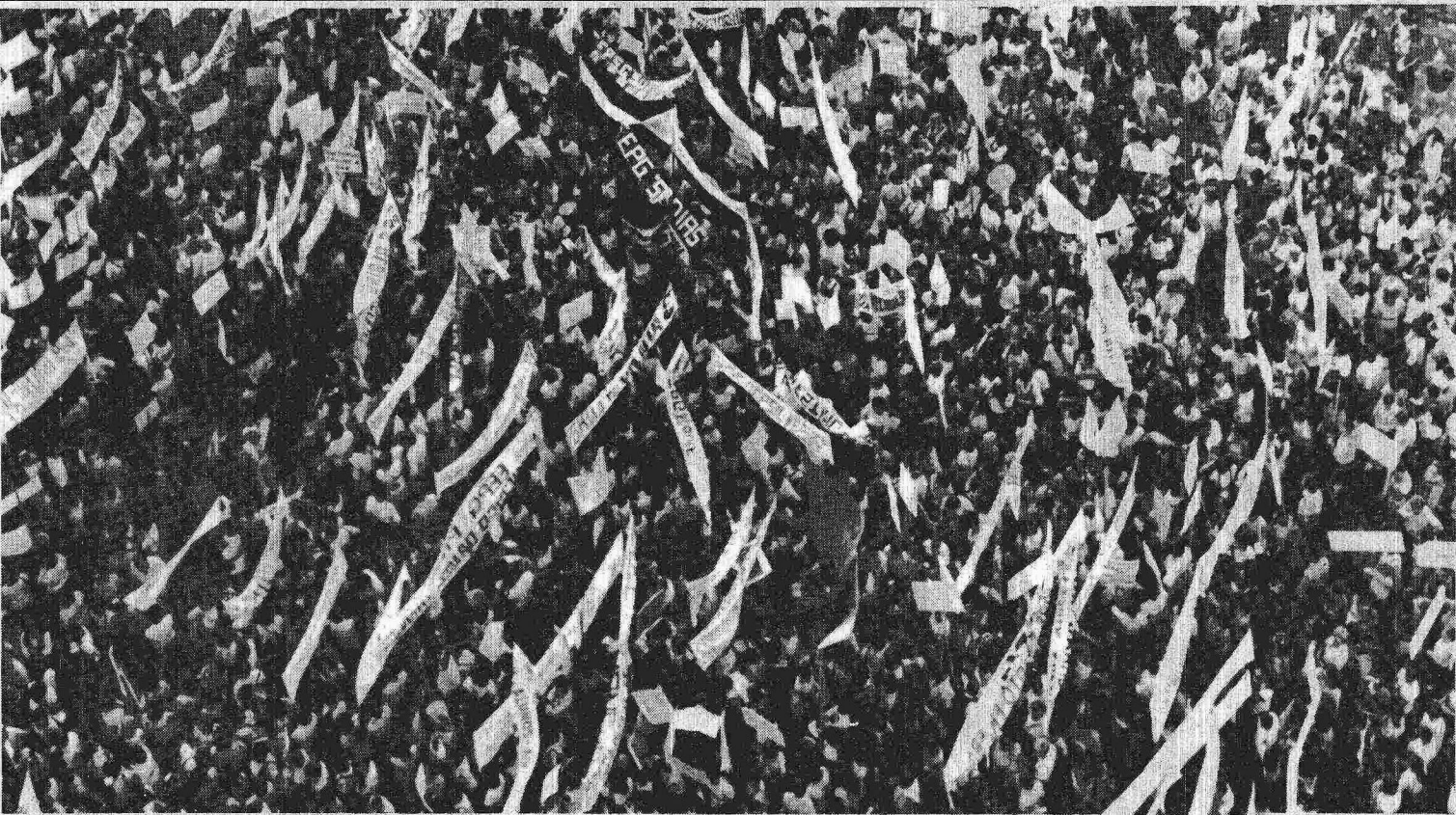
Tais problemas estão se agravando rapidamente. O essencial é o equacionamento da dívida externa, da asfixia cambial, para que se possa retomar o crescimento. Mesmo porque faltar essa redistribuição num momento como este, em que há uma redução do bolo, é realmente algo mais complicado. Retomando-se o crescimento, alguns problemas se atenuam. Eu acho, por exemplo, que o Vilmar manifestou um ceticismo exagerado a respeito do seguro-desemprego, em razão da heterogeneidade social, regional e estrutural do País, de um modo geral. Não podemos pedir ao seguro-desemprego aquilo que ele não pode dar. O seguro-desemprego não é solução para o problema da pobreza, é simplesmente um mecanismo de apoio conjuntural a trabalhadores do setor moderno da economia. Guardadas as devidas proporções, você tem, até nos Estados Unidos, a questão dos negros pobres no Sul. O seguro-desemprego não é para esse problema, é para trabalhador de Chicago, Detroit ou Boston. No Brasil, o melhor exemplo seria realmente o trabalhador do ABC.

Quando à exposição do Amaury, eu fiquei meio confuso a respeito do que seja classe média. Ele colocou nessa categoria o pessoal do setor de serviços e administrativo. Ora, para mim, um professor primário ou secundário é, hoje, quase proletário. Nas seções de cadastros dos grandes magazines, por exemplo, é possível que um metalúrgico esteja melhor cotado que um professor, em termos de crédito, porque os salários do setor público se aviltaram enormemente. A questão do pacto social, nesta ótica, é, portanto, uma preocupação mais voltada para o curto prazo. As questões mais estruturais, como o grau de desigualdade e a pobreza, são evidentemente importantes, mas infelizmente nós vamos ter de atacar primeiro os problemas que já estão aí delineados.

**José Eduardo Faria** — O risco de ruptura entre a ordem sócio-econômica e as instituições político-administrativas é o aspecto que gostaria de enfatizar neste debate, e que de certo modo já foi abordado pelos que me precederam. Que a crise econômica tem um inegável sentido político, não se pode negar: quaisquer que sejam as medidas conjunturais ou estruturais a serem tomadas, elas sempre implicam transferência de renda e riqueza, vale dizer, transferência de poder. E o que se tem, hoje, entre nós, é um conflito bem mais complexo do que o de uma década atrás, quando se iniciou a abertura.

Ao longo dos últimos anos, tivemos uma extraordinária transformação quantitativa em nossa economia, e um de seus resultados foi o impacto qualitativo na estrutura social do País e em sua estrutura ocupacional. No entanto, apesar da crescente complexidade emergente de ambas transformações, tanto os círculos partidários e legislativos quanto os anéis decisórios do Executivo continuaram presos a uma engrenagem institucional anacrônica, burocratizante e autoritária.

Não é por acaso que, nos dias de hoje, como o Amaury nos mostrou, o próprio empresariado do setor moderno da economia tenha descoberto a importância de uma negociação legítima, isto é, capaz de transcender os limites estreitos de uma legalidade de eficácia duvidosa. Há, pois, o rompimento de toda uma ordem institucional, com os fatos revogando leis superadas e



Em 84, o mesmo movimento sindical de 78/80.

## “Reivindicar democracia não significa necessariamente um pacto social”

ilegítimas. Minha indagação diz respeito ao que virá ao final desse processo.

É certo que é preciso recuperar a eficiência administrativa de uma máquina governamental fragmentada e improdutiva, do mesmo modo como também é necessário restaurar a credibilidade e a autoridade governamentais. No entanto como conjugar as duas coisas no tempo, sem definir um perfil institucional novo, capaz de propiciar a harmonização dos conflitos e uma renegociação não apenas de um acordo ou de um pacto, mas de todas as reformas estruturais necessárias à correção das distorções sociais? Como evitar que os grupos hoje dotados de sobrepoder não tentem aproveitar das naturais hesitações e equívocos de um governo recém-instalado e comprometido com uma frente ampla, para desestabilizá-lo?

Como afirmei no debate anterior, e como o Barelli reconheceu, ao nível da sociedade hoje se faz política de um modo mais engenhoso e eficaz. Tanto que, recentemente, a Justiça Federal reconheceu o direito de representação civil dos Sindicatos dos Metalúrgicos, ao mesmo tempo em que funcionários de algumas empresas privadas conseguiram explodir o Decreto-lei nº 2.065. Isso sem se falar no caso do pessoal da Embraer, da Cosipa, da Usiba, tentando obter uma autorização junto aos órgãos responsáveis do Executivo para não "obedecer" aos imperativos de um texto legal. Ora, se isso de um lado estimula um processo de crescente auto-regulação dos atores políticos mais articulados, de outro revela seu descompasso com uma legislação restritiva, intervencionista e superada.

O próximo governo terá de enfrentar essa questão e, curiosamente, terá de fazê-lo num momento de formulação de uma ampla política substantiva de ajuste macro-econômico e pacificação social. Como enfrentar, sem riscos de paralisia decisória, a definição simultânea de um quadro legítimo de racionalidade formal e de um projeto de reconstrução nacional?

**Roberto Macedo** — Só um esclarecimento. O que ocorreu, nas últimas semanas, foi o esclarecimento de vários pedidos ao Conselho Nacional de Política Salarial, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, por parte das grandes estatais, em favor do reajuste do que elas chamam de curva salarial. Elas alegam que estão defasadas em relação ao mercado. Há uma expectativa muito grande a respeito do que vai ocorrer com esses pedidos, mas, até agora, parece que o poder e a disposição do governo são de aceitar esse tipo de correção.

### Utopia

**José Eduardo Faria** — Isso confirma meu argumento relativo à ruptura da ligação entre a ordem sócio-econômica e as instituições político-administrativas. Como é possível uma lei que vale para um grupo e não vale para outro? A verdade é que nossa estrutura jurídica, ainda impregnada de um certo liberalismo doutrinário do passado, nos impõe discursos jurídicos homogêneos e uniformes para uma sociedade altamente estratificada e desigual. Daí minha dúvida sobre o leito institucional capaz de permitir a harmonização de conflitos entre grupos e classes cada vez mais conscientes na defesa de seus interesses. Não havendo uma nova estrutura jurídica capaz de canalizar os diferentes acordos setoriais, feitos espontaneamente, como será possível ao próximo governo, que esperamos ser eleito a partir de algum procedimento legítimo, conquistar uma unidade de gestão?

Dou um exemplo atual, que me veio à cabeça quando li o jornal *La Nación*, de 14 ou 15 de abril último: nele, vi uma longa entrevista de Raul Prebisch, onde o criador da Cepal não só defendia o compromisso altamente ortodoxo firmado por ele, em nome do presidente Raúl Alfonsín, com a junta dirigente do FMI, como, igualmente, recomendava aos argentinos que moderassem suas aspirações e não contestassem a autoridade do novo governo, sob pena de pôr fim à democratização de seu país. No fundo, o que ele pedia era que os sindicatos peronistas se conformassem com a política econômica vigente, deixando de agir politicamente durante o tempo necessário à maturação das reformas propostas pelos radicais. Não haverá uma certa utopia nisso? Em outras palavras, será possível implementar dois projetos simultaneamente — um de abertura e o outro de resolução da crise econômica? Ou será que eles são processos antinômicos?

**Pérsio Arida** — Um dado importante em nossa discussão é o que está acontecendo com certos tipos de empresas. As empresas que exportam e têm alta liquidez vão muito

bem. As que não têm dívidas e estão exportando têm taxas de lucratividade e crescimento espantosas, não só para 83, como, também, na previsão para 84 e 85. As ações delas na Bolsa estão ótimas. No extremo oposto, quem produz para o mercado interno e encontra-se ilíquido está perdido. Afinal, você não tem demanda, o seu juro real cresce, você desequilibra passivos e ativos e, aí, não tem solução. Que quer dizer esta classificação?

Significa alguma coisa precisa em termos setoriais? A resposta é não. Se perguntarmos onde estão as empresas que vão mal, elas não estão claramente em nenhum setor, estão espalhadas em todos os setores. Significa alguma divisão regional? Aí a resposta é um pouco mais precisa: sim, porque a proporção de exportações sobre o PIB é muito maior nos Estados do Sul do que no Nordeste. Mas se essa clivagem não é clara em termos setoriais e também não é clara, com muita nitidez, em termos regionais, a dúvida é esta: o que ela nos diz? Ela nos diz uma coisa importante: qualquer elevação homogênea dos salários reais tem efeitos fortemente diferenciados. Num extremo, onde estão as empresas exportadoras e líquidas, não tem efeito nenhum. Só diminui um pouco o lucro, mas é tão pouco que, simplesmente, não tem efeito nenhum sobre o emprego nem sobre o nível de produção. No outro extremo, uma elevação que apenas reponha os níveis de salário real que se davam no começo de 83 inviabiliza as firmas que aí se localizam.

Outro exemplo: a política de redução das taxas de juros. Essa é uma política de grande interesse das empresas líquidas; do ponto de vista das empresas líquidas, não há interesse nenhum. Pelo contrário, se a política de redução de taxa de juros implicar uma transferência de renda e riqueza, esse fluxo vai das empresas que estão bem para as que estão mal. Quer dizer, o pólo dinâmico da economia certamente vai ser contra esse tipo de política.

### Democracia e pacto

Tudo isso indica que essas clivagens hoje existentes na economia brasileira podem inviabilizar a idéia de um pacto social homogêneo. Refiro-me, é claro, ao aumento generalizado do salário real. Nesses termos, a chance de se chegar a um desenlace desastroso é muito alta. Parece-me, portanto, que os processos de transferência de renda e riqueza serão tanto mais fáceis quanto mais se conseguir, num pacto social, descentralizá-los e diferenciá-los. Isso, evidentemente, dentro de certos limites. Há questões que não podem ser descentralizadas, particularmente os problemas de fragilidade financeira. São problemas cuja descentralização, no sentido de deixar que a negociação seja feita caso a caso, não faz o menor sentido.

O problema de negociação salarial é um exemplo de como a solução de deixar caso a caso, desde que com as devidas lideranças para as duas partes, conduz a resultados satisfatórios. A questão consiste em descentralizar ou diferenciar para determinadas coisas e não para outras.

**Roberto Macedo** — Minha dúvida é quanto à afirmação do José Eduardo, de que o arcabouço institucional e a legislação vigente estariam impregnados de um certo liberalismo. Em muitos casos, como o dos salários, o que há é uma interferência estatal muito forte. Se essa interferência fosse menor, talvez fosse possível amoldar melhor os vários interesses.

**José Eduardo Faria** — O que eu quis dizer é que, processualmente, nossas instituições jurídicas não reconhecem os conflitos coletivos. Com exceção daqueles conflitos regidos especificamente pela CLT, no mais todas as clivagens têm obrigatoriamente de ser individualizadas para serem passíveis de apreciação judicial. A consequência dessa exigência, num contexto altamente estratificado e tenso como o atual, é dupla: de um lado, há a tendência à autorregulação, nos mais variados níveis setoriais, e, de outro, a atomização jurídica dos conflitos de classe continua a ignorar, quando não favorecer, a reprodução da desigualdade real. Haverá um momento de choque, inevitável, e, então, o que acontecerá?

Nesse sentido, parecem existir três hipóteses. Uma é a fantasia dos conservadores, ou seja, o medo de que a democracia formal e o Estado de Direito clássico sejam substituídos pelo assemblismo tipo Vila Euclides. Outra é o risco de que as crescentes demandas por negociação fora dos canais institucionais conduzam a um processo de paralisia decisória no âmbito do Estado. Como harmonizar todos os conflitos ao mesmo tempo, sem ordená-los a partir de certos

critérios? E a terceira, por fim, é o perigo de se reviver 64, quando os fins passaram a justificar os meios: suprime-se a ordem legal em nome das boas intenções de uma política econômica destinada a corrigir a desigualdade social.

Em suma: se é certo que há necessidade de um pacto democrático, legítimo e aberto, também é certo que há necessidade de instituições novas em condições de viabilizar os anseios, as aspirações e as expectativas subjacentes a esse pacto. Portanto, toda nossa discussão tem, necessariamente, de passar pela questão da Constituinte. Mesmo porque esse pacto tem de ser formalizado de algum modo.

**Francisco Weffort** — A idéia de um pacto social está constantemente se insinuando na discussão, mas para mim o sentido básico é que reivindicar democracia não envolve necessariamente um pacto social. Podemos pedir democracia no sentido de que haja um Estado de Direito, a livre expressão dos interesses de todos os grupos, que os conflitos sejam aceitos como legítimos, que se admita, finalmente, que esta sociedade é diferenciada, complexa, competitiva. Mas não, necessariamente, um pacto. Trata-se, portanto...

**Bolívar Lamounier** — De deixar o mercado político funcionar.

**Francisco Weffort** — Exatamente. Parece-me, portanto, que a questão levantada pelo José Eduardo Faria poderia ser resolvida num quadro democrático amplo, desde que os diferentes interesses se organizassem e se expressassem livremente. Tenho dúvidas quanto à idéia de pacto. O Pérsio acabou de levantar um argumento que pode aconselhar o pacto, fazendo referências a certas questões que são realmente de alcance geral. Então, que se veja quais são as questões de alcance geral.

**Bolívar Lamounier** — Teria de ser dentro de um plano econômico substantivo de retomada do crescimento.

**Francisco Weffort** — Exato. Mas, indo além disso, quando se fala de pacto social, na verdade embolam-se várias noções. Quer dizer, democracia é uma coisa; pacto social é outra, e já negociação política, conjuntural, é outra ainda.

**Vilmar Faria** — O sentido das minhas observações foi mostrar que a sociedade brasileira, dado o seu alto grau de diferenciação, já aconselha a resolução de conflitos através de mecanismos que não passam necessariamente pelo arbítrio do Estado. Não adianta procurarmos qual é o conjunto de medidas que vai permitir harmonizar todos os interesses, porque não existe tal possibilidade.

**Francisco Weffort** — Aliás, esse é um caminho para o autoritarismo.

**Vilmar Faria** — De acordo. Estou dizendo que isso já não é uma questão doutrinária. Essa questão de você encontrar mecanismos pluralistas de resolução do conflito deixou de ser uma questão doutrinária, uma questão do processo social real. Eu não vejo alternativa fora disso. Eu também quis assinalar a existência de certas alternativas estruturais fora de cogitação, dado o grau de complexidade que a sociedade já adquiriu.

### Nostalgia

Outro ponto: um pacto político no sentido da harmonia dos "n" interesses possíveis é, pura e simplesmente, impossível. A questão é de se tentar ver quais são as questões estratégicas, em torno dos quais se possa articular algum interesse homogêneo. Para isso, evidentemente, é necessário restaurar a credibilidade política, é preciso que existam interlocutores políticos confiáveis. Isto quer dizer que você confia mesmo que os seus interesses estejam sendo atingidos, não estejam sendo cumpridos à risca. Credibilidade significa que você mantém uma expectativa de que esses representantes atuarão com seriedade e razoável isenção. Acho que esse é um outro ponto importante.

Quanto à questão do seguro-desemprego, minha observação era no sentido de mostrar as dificuldades operacionais de uma retórica muito geral, que é ineficaz. É precisamente como o Macedo disse: não pode falar no seguro-desemprego como solução genérica, indiferenciada.

**Walder de Góes** — Que me desculpem os sociólogos e os economistas presentes, mas eu acho que há, de fato, uma nostalgia por pactos: pacto político, pacto econômico, pacto social. A questão sobre como colocar em movimento uma idéia catalisadora está justamente nisso: não é nem de ter a democracia, é de ter agora um governo legítimo, ou um governo com alguma legitimidade, que seja aceitável pela opinião pública e pelas elites, e cujo nascimento se dê por um processo igualmente aceitável. Quer dizer,

um governo que se instale com o compromisso de usar mais a moeda da negociação e menos as moedas da coerção e da manipulação. Um governo que estabeleça uma dinâmica política como introduzir, nesse Estado, aquilo que o José Eduardo Faria descreveu como estamental e gestor da sociedade, uma vontade política nova.

Como o Estado agora está confrontado com uma complexidade social muito mais intensa, é possível que essa opção se dê, criando-se uma dinâmica política que seja catalisadora da criatividade da sociedade. Desse modo, a questão é estabelecer uma dinâmica positiva a partir da introdução de uma vontade política no Estado. E a chance vem, justamente, do fato de que o Estado tem de realizar agora as suas opções, confrontando essa sociedade mais complexa.

**Amaury de Souza** — Eu gostaria de argumentar na direção inteiramente oposta. É possível que se venham a estabelecer certos pactos, acordos e negociações mais ou menos isolados. Dou como exemplo a política sindical e a política salarial. Vou alinhar alguns fatos para, em seguida, lembrar que essa negociação já está em curso há cinco ou seis anos, se não mais.

O primeiro fato é o seguinte: no ano passado, nós tivemos uma greve em Paulínea, na refinaria da Petrobrás. A Petrobrás é, por excelência, a área de segurança nacional, vivendo hoje em meio de uma crise energética, com problemas de importações, etc. Isto é, a área mais proibida pela lei 4.330, no que se refere à realização de greves, foi palco de uma greve. É certo que houve cassação de dirigentes sindicais. Um deles foi até mesmo enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

O segundo dado já foi adiantado pelo Barelli: não é a primeira vez que a Fiesp decide trocar uma posição de mera autoridade legal por autoridade legítima, negociando acordos salariais com dirigentes cassados, mas eleitos, dos sindicatos. Isso aconteceu em 1978, quando o Lula foi deposto e teve de ser reconduzido para terminar a negociação. Não é de hoje que isso acontece.

Eu gostaria, então, de avançar um pouco mais e sugerir um pequeno paralelo para que a gente possa, talvez, ter uma perspectiva mais ampla do que está ocorrendo. Algo similar a isso deve ter ocorrido também na década de 30, porque estamos passando por um longo período de experimentação, com novas formas de organização sindical e de negociação entre o governo, empresas e sindicatos, algo que deve ter sido similar àquela experiência que deu origem à CLT.

### Ficção científica

Não é por acaso que a CLT é um dos poucos instrumentos institucionais deste país que funciona, que tem coerência funcional. Ela foi experimentalmente testada durante dez anos. Algo do gênero vem acontecendo desde meados da década de 70. Essa negociação não apenas existe na prática, ela existe no plano dos documentos legais, dos estatutos. São três os estatutos em causa; dois deles já estão aprovados e o terceiro está sob a forma de um anteprojeto a ser enviado pelo Ministério do Trabalho ao Congresso, este ano.

O primeiro é a Lei 2.065, que estabelece que a partir de julho de 1988 será iniciada a desindexação gradativa dos reajustes salariais, até que todo esse processo se complete na livre negociação de salários, em 1988. A lei, obviamente, pode ser revogada. Qualquer coisa que aconteça, no Brasil, no prazo de mais de um mês, é ficção científica. Mas, o fato é que a lei está em vigor — e ela prevê algo que pode ser chamado de um pacto social, na divisão de perdas e ganhos, o qual será feito através da desindexação dos salários e de uma política de livre negociação. Isso está em lei votada pelo Congresso Nacional.

**Walter Barelli** — Convém lembrar que a oposição votou contra. A oposição não aprovou o 2.065, votou contra. O decreto só foi aprovado porque houve um acordo do governo com o PTB.

**Amaury de Souza** — É certo. O Decreto 2.065, em vigor, prevê esse processo: negociação livre no fim do processo de três a quatro anos. A segunda peça: um decreto-lei do Ministério do Trabalho estabelecendo uma estrutura de mediação e arbitragem, possivelmente de caráter privado. Os conflitos trabalhistas, em vez de passarem pela Justiça do Trabalho, vão ser barrados por uma estrutura de mediadores e árbitros, inclusive privados, contratados pelas partes, que darão uma palavra quase que definitiva sobre o resultado daquela pendência.

A terceira peça desse pacto que está sendo montado é um anteprojeto que prevê a constituição nacional das unidades de negociação por empresa. Reconhecendo o fato de que há uma descentralização crescente da negociação em direção às grandes empresas e até mesmo às pequenas, o projeto prevê a possibilidade de que grupos de empregados de uma determinada empresa estabeleçam negociações salariais e de condições de trabalho com os seus empregadores sem a intervenção do sindicato.

Isso é algo que já existe na CLT; caso o sindicato não se pronuncie dentro de um certo tempo, os trabalhadores podem negociar por conta própria. Mas essa nova proposta permite, de saída, que isso aconteça. Mais ainda: o anteprojeto do Ministério do Trabalho permite que essas unidades de negociação negociem em condições salariais e em condições de trabalho inferiores àquelas que são estabelecidas para toda a categoria.

Ora, essa é a possibilidade de aumentos ou reduções localizadas nos salários ou condições de trabalho. Finalmente, ela extirpa, quase que por completo, a legislação vigente sobre o direito de greve. Retira todo o cerceamento e impõe a multa no caso das greves injustificadas — sistema esse que não é de origem fascista; a Austrália tem um desde 1910; a Inglaterra também. São vários países que fazem a utilização de multa por greves injustas.

É óbvio que a reação a essas três peças foi enorme, sobretudo porque estão na velha tradição de estabelecer uma legislação uniforme e indiferenciada para um parque industrial e um conjunto de interesses cada vez mais diferenciados. Entretanto, talvez por isso seja possível ver como se poderá encaminhar uma negociação que, a meu ver, já se está fazendo na prática. Uma negociação que permita que o governo saia da camisa-de-força da política que ele se impôs, a partir de 1967, fundamentalmente ampliada a todo o setor privado. Uma política salarial que não tem solução em si, onde





o Estado permanece como árbitro definitivo da determinação de salários.

Obviamente, também a criação das unidades de negociação por uma empresa constitui um ataque maldisfarçado sobre o poder sindical, permitindo que se multipliquem grupos antagônicos ao sindicato no plano das empresas. Todos nós, que acompanhamos isso de perto, sabemos das dificuldades enormes que as direções sindicais enfrentam com as suas próprias comissões de fábrica. Esse é um conflito político por excelência, natural, fácil de ser compreendido, mas que seria multiplicado até a desagregação de alguns sindicatos caso se formassem essas unidades em separado.

Não obstante isso, o fato é que crescentemente, como o Barelli já havia acentuado, as empresas e os sindicatos vêm negociando acima do 2.065. Não tantos casos, mas o suficiente, desde setembro do ano passado, para mostrar que a lei, mais uma vez, foi afundada na prática. Mais importante do que isso, embora os reajustes se possam pautar pelos índices oficiais, o estabelecimento dos pisos dos salários profissionais, dos salários de ingresso, das vantagens de repercussão salarial podem transformar, em muito, a distribuição de rendas prevista pela política salarial.

A política salarial pode ser manipulada eficientemente ao nível do contrato coletivo de trabalho, através de outras cláusulas que não são cobertas nem julgadas pelo Ministério do Trabalho. Portanto, as partes já se estão, entendendo e montando um pacto próprio, isolado e altamente eficiente. Isto está acontecendo antes que se configure uma negociação política em nível nacional. Mostra que é bem possível garantir o avanço e a autonomia de um subsistema, o que é também um aspecto, um requisito de um processo democrático.

Pluralismo significa autonomia de subsistemas. O subsistema de relações industriais tem de ser isolado, tem de ter suas regras de funcionamento decididas, o mais possível, de maneira voluntária. Como isso poderia ser feito? O processo é simplíssimo. O tão decantado controle do Estado sobre os sindicatos está sendo fortemente amortecido nos últimos sete ou oito anos — hoje o ministério já não fiscaliza a contabilidade dos sindicatos, existe até mesmo o desconto salarial, que cria uma fonte de renda fora do controle da Delegacia Regional do Trabalho, enfim, existem vários ganhos novos, pois os sindicatos já são mais autônomos hoje do que eram no passado recente.

De fato, o que é que se exige para que os sindicatos se adaptem bem às situações diversificadas da economia nacional? Primeiro, que não tenham um estatuto padrão, que cada sindicato escreva o seu estatuto e se organize da forma como quiser. Isso, obviamente, vai dar origem a uma série de situações de oligarquia sindical. No quadro geral de uma força de trabalho empobrecida, porém, é muito mais importante ter sindicatos fortes do que muitos participantes.

A participação de bases pobres é coisa episódica. Enche-se o estádio de Vila Euclides vez por outra, mas quem tem de negociar o tempo todo são os sindicatos que têm burocracia, apoio técnico e dinheiro, sobretudo dinheiro para sustentar o fundo de greve. Interessa muito mais nesse pacto não a participação de massas, mas a institucionalização de organizações fortes.

### Sindicatos gigantes

O segundo passo para que isso possa se completar, na política salarial, seria, obviamente, o estabelecimento de alguma agência suprapartidária, não estatal, que pudesse estabelecer o equivalente a uma política de rendas, que disciplinasse a variabilidade dos acordos locais. Ora, essa medida só pode ser estabelecida entre organizações representativas do patronato e dos empregados. Fala-se muito na formação das confederações gerais do trabalho, possivelmente uma das piores soluções para o encaminhamento dessa questão.

A outra é extremamente mais simples: relaxe-se o enquadramento sindical. O sistema sindical brasileiro é altíssimo concentrado; apenas cem sindicatos reúnem mais da metade de todos os associados existentes em todo o País. Esse é um sindicalismo de sindicatos gigantes e uma quantidade enorme de pequenos sindicatos não-representativos. A solução seria, obviamente, fortalecer a concentração sindical, permitindo que esses sindicatos fizessem amálgamas de diferentes categorias. Quem representasse melhor deveria representar mais. São Bernardo é capaz de representar de metalúrgicos a professores universitários com muito maior eficiência, penso eu, do que os respectivos sindicatos. Permita-se o conglomerado sindical — o que já foi prometido em lei pela Constituição da Fiesp, por exemplo — e se estabeleça, nesse plano, uma política de renda, esta sim adaptada à variabilidade e à diversidade do parque brasileiro.

Roberto Macedo — No meu entendimento, a discussão aqui avançou um pouco porque, no início, a questão do pacto social estava colocada de uma forma geral. Para mim, tal questão está ligada a opções de política econômica, ela está voltada para algo específico, e não esse acerto geral tentando acomodar todos os interesses. Eu a vejo essencialmente ligada a essa questão colocada pelo Amaury, embora de outra forma, pois o problema é saber como fica a dinâmica salários/preços. Teria de envolver a negociação dos salários. Se for simplesmente uma desindexação, como está na lei, há um risco muito grande para a classe trabalhadora, porque a parte do controle de preços não é contemplada.

Os pactos sociais específicos usualmente contemplam alguma forma de controle de preços, inclusive com a participação da classe trabalhadora, para evitar que haja um engodo quando você concede uma liberdade de negociação e ela acaba atuando negativamente sobre a evolução dos salários reais.

Esta questão é importante no futuro político do país, porque mostra como permanece a idéia de negociação. O pacto pode ser um capítulo desse processo. Dependendo do tipo de governo que nós tenhamos, vamos ter mais coerção e manipulação se for uma solução continuísta. Mas a democracia, por si mesma, não vai gerar uma forma que eu chamaria de não-selvagem de administração da crise. Pode entrar um governo, ainda que eleito, mas impondo soluções coercitivas na linha ortodoxa de política econômica. E por isso que venho sempre insistindo na questão do pacto social, mas voltado para essas questões específicas.

Walter Barelli — Eu gostaria de discutir



No debate, a crise brasileira.



Weffort



Waldir de Góes



Aureliano



José Eduardo Faria

## “Sem um governo com credibilidade, ninguém pode prometer nada.”

um pouco essa proposta de institucionalização nova, do Ministério do Trabalho. É uma tentativa de sair da crise pelo texto legal, inclusive porque esse aparato normativo já está todo pronto, grande parte disso já editada pelo 2.065. Portanto, já não há mais necessidade da lei do Congresso, porque é tudo decidida pelo decreto do Ministério do Trabalho. Criou-se, no 2.065, o Sistema Nacional de Relações do Trabalho, o qual pode substituir a legislação vigente, uma vez que suas decisões podem dar-se por decreto, eis aí o fim da outra forma de mediação.

O que quero discutir é um pouco o conceito de autonomia. Algumas coisas foram feitas porque se pretendia, nesse governo, uma abertura política. A necessidade de prestação de contas anuais para o Ministério do Trabalho foi suprimida, mas não foi eliminada a auditoria, a qualquer momento, sempre que algum fato seja denunciado. O Sindicato dos Bancários de São Paulo, por exemplo, foi vítima de uma auditoria que tinha finalidade política: depor uma diretoria. Contudo, não acharam os problemas que serviram de pretexto.

Uma coisa que engrandeceu o movimento sindical mais moderno foi o fato de que, nas intervenções, normalmente, não se achou corrupção. A meu ver, os sindicatos estão conquistando sua autonomia na prática. A continuidade de intervenção e eleição no sindicato de São Bernardo mostra que não há condição de ser diferente lá. Não adianta intervir. Não surge outro grupo, o ministério não tem força nem há possibilidade de se apoiar em outros grupos de trabalhadores.

Mas a autonomia se está conquistando do jeito brasileiro. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo só tem 24 diretores, mas ele passou a indicar — e isso ele pode, arcando com os salários — mais 60 trabalhadores da base para fazer todo o trabalho sindical de porta de fábrica. Assim, ele passa a ter, em vez de 24, 84 diretores. Essas pessoas têm status de diretores, assistem à reunião da diretoria, votam e tudo mais. Decisões desse tipo são formas de conquistar autonomia.

Outro aspecto a ser discutido é a questão das unidades de negociação por empresa. Bem, a prática sindical tem sido a de negociar por empresa, mas ampliando as conquistas. O que aconteceu agora, em abril, foi o seguinte: havia um acordo básico que foi negociado com a Fiesp e havia os acordos particulares negociados de fábrica a fábrica. Isto quer dizer que, hoje, se está praticando a questão da negociação por empresa, mas no seu local específico. O que se pretende é ter uma grande negociação nacional de coisas gerais, seguida de negociações locais de assuntos mais específicos por empresas. Trata-se, pois, de completar o que não pode ser previsto, abrangendo tanto a fábrica de parafusos como uma grande multinacional. E o problema do direito de greve com multas: a greve perdendo paga a multa.

### Dividir

Amaury de Souza — Logo, ele não incorre mais na Segurança Nacional.

Walter Barelli — Acho que a própria Lei de Segurança Nacional terá de ser discutida ou revogada no futuro. Já a derrotamos parcialmente. Eu me nego a pensar que, nos próximos três anos, alguém possa ser condenado. Quer dizer, caso se possa manter as mesmas condições, não há mais Lei de Segurança Nacional. O Direito de Greve com multas leva a esse tipo de coisa. Esta é uma transformação que houve, em matéria de paredismo no Brasil: você sempre ganhava o dia de greve, nunca perdia. Mas, a partir de 79/80, você já não ganha mais os dias de greve. Você negocia ali mesmo uma forma de desconto e tudo mais, principalmente pensando nas outras consequências que tem: de domingos, feriados e férias você perde muito numa greve. Então as greves prolongadas, como as de 40 dias, tornam-se greves problemáticas por esse outro aspecto. Daí o perigo de se transportar coisas que existem em outros países e em outro contexto.

Este é o caso de uma outra proposta, aquela relativa ao relaxamento do enquadramento sindical. Entre os atores que mexem com as relações do trabalho estão os empresários e, entre eles, há uma tese muito forte, no sentido de dividir, como uma forma de enfraquecer. Todas as propostas de mudança de estrutura sindical que têm surgido passam pela necessidade de dividir. Mas a proposta patronal — que existe há muito tempo — é partir para as unidades de negociação sem nenhuma forma, como, por exemplo, um sindicato do tipo que nós temos hoje, que pega várias categorias indistintas. Na proposta de englobar, os sindicatos fortes receberiam adesões de todo mundo. A população só conhece os sindicatos que são atuantes. Muitas vezes, até o próprio trabalhador de uma categoria vai procurar a assistência de um outro sindicato porque não sabe qual é o sindicato dele. Essa questão, colocada por interesses empresariais, no sentido do fracionamento das entidades sindicais, já foi aceita até pelo ministro Murilo Macedo, numa entrevista ao *Jornal da Tarde*, há uns 20 dias.

Luis Aureliano de Andrade — Esta discussão sobre o conceito de pacto social corre o risco de subestimar o potencial de conflito dos problemas econômicos, sobretudo se conjugado com a crise político-institucional. Discutiu-se aqui se há ou não um pacto abrangente ou se seria um contrato mais descentralizado. Em seguida, colocou-se a hipótese de que a retomada da

democracia, de certa forma, resolveria o problema: um governo com legitimidade seria suficiente para dar conta dos problemas tratados sob o rótulo de “pacto social”.

Eu penso que há aí um certo engano. Em tese, um regime democrático é forte e institucionalizado o bastante para processar essas demandas, mas convém lembrar que se trata, agora, de um problema de redistribuição de renda num período de crescimento negativo. Uma situação como esta tem um potencial conflitivo dos mais exarcebados do ponto de vista político-institucional. O melhor que se pode dizer é que estamos engatinhando na direção de uma democracia. E já nos deparamos, justamente, com uma problemática que exige uma coalizão nacional para aceitar os sacrifícios, em nome de uma saída, com a promessa ou a garantia de que, a curto prazo, haveria políticas compensatórias. Isso é um ônus, é um risco e é um problema. Creio que estamos descartando este problema com certa facilidade.

O que nós temos, agora, é a crise conjugada com déficits acumulados ao longo de 20 anos, represados por uma política salarial restritiva, etc. Portanto, há necessidade não de um pacto, mas de uma meditação maior sobre a questão do que virá depois da abertura. Uma vez dividida a luz no fim do túnel do processo sucessório e do processo de normalização democrática, parece-me fatal que as oposições vão dividir-se como deu a entender o Faria, porque há visões diferentes sobre como reestruturar essa sociedade, ou seja, sobre como fazer incidir os custos da superação da crise econômica.

### Transferir riqueza

Bolívar Lamounier — Caso não haja uma transição clara para a democracia, caso as regras não sejam claras e o governo não seja legítimo, como é que fica? Não será ainda pior do que no seu cenário?

Luis Aureliano de Andrade — Não estou vendo a luz no fim do túnel. Se não resolvermos o problema político-constitucional hoje, e se a ele se juntar a questão da crise econômica, teremos todos os ingredientes para uma recomposição.

Pérsio Arida — A minha linha de argumentação é muito próxima das do Aureliano e do Macedo, mas é distante da do Weffort. Eu não sei se ele me interpretou mal ou se existe, de fato, uma divergência séria de conteúdo. Eu nem usei as palavras democracia e representação pluralista de interesses. Elas estão pressupostas no meu raciocínio, mas como uma condição necessária: não como condição suficiente. Não suficiente porque o problema econômico é diverso, não se resolve com a existência da democracia formal, por mais representativa que ela seja e por mais equipado que seja o aparato jurídico.

Na esfera econômica trata-se de viabilizar um programa de reformas, que envolve a transferência de renda e riqueza. Se você fizer essas transferências preservando o poder dos que perdem com elas, esses que perdem vão reagir, ou seja, vão desencadear uma aceleração inflacionária. Eis o núcleo da questão: como assegurar um processo de transferência de renda e riqueza que não acelere a inflação? Afinal, esta sim, tem um desestabilizador que todo mundo conhece. O que fazer?

Se partirmos do princípio de um governo democrático, isso não vai ser feito pela força. A noção de pacto social é a de que se pode ter um acordo entre setores, o qual torna legítima a transferência de renda e riqueza. Nesse sentido, a idéia de pacto social não tem nada de autoritário.

Bolívar Lamounier — Mas, e os perdedores, percebendo que vão perder, irão legitimar o pacto?

Pérsio Arida — Esse é o núcleo da questão. A existência de um parlamento com um poder legítimo, com sustentação estável num partido ou coalizão de partidos, certamente é um passo efetivo para uma solução. Mas o pacto social, tal qual os economistas o entendem, é algo muito diverso da mera democracia ou da mera representação pluralista de interesses. Na ausência do pacto social, quando se tenta fazer a recuperação econômica, acelera-se a inflação e surge, imediatamente, a desestabilização. Nesse ponto, a tentativa de utilizar políticas restritivas e ortodoxas é muito grande. Utilizando-as, o que se faz é abortar esse incipiente processo de recuperação econômica.

Qualquer governo pode desencadear um surto, um espasmo de crescimento econômico, mas, numa perspectiva de três a cinco anos, o problema é como fazer um crescimento sustentado. Crescimento episódico qualquer governo faz, mas um crescimento sustentado requer que esse processo de transferência de renda e de riqueza seja aceito, isto é, seja visto como legítimo. De alguma forma, os perdedores vão reagir e vão reagir dentro de sua forma usual, que é aumentar os preços dos seus bens e serviços. Mas esta questão é muito diversa da resolução do processo sucessório, bem como da implantação de um processo pluralista de resolução de conflitos. O processo pluralista de resolução de conflitos também pode levar a impasses. Há inúmeros exemplos na História.

Roberto Macedo — É uma questão diversa, mas há uma ligação entre ambas.

Pérsio Arida — Sim, no sentido de que uma pressupõe a outra. Mas a democracia e a representação pluralista de interesses não são suficientes para gerar o pacto social tal qual os economistas o entendem.

Bolívar Lamounier — Se nós aceitarmos como ponto de partida que os perdedores potenciais não vão aceitar o pacto, que eles

vão reagir inflacionariamente, então o único pacto possível assume a forma de um plano, ao longo de um certo período, selecionando certos objetivos e jogando o poder político da democracia para forçar a execução desse plano.

Pérsio Arida — Este é o ponto onde a questão da credibilidade do plano entra em cena. Quando você faz uma transferência de renda e riqueza, alguém perde e alguém ganha. Isso é o que acontece na hora que você fez a transferência. Mas se essa transferência foi bem feita e criou a expectativa de que vai proporcionar um crescimento global razoável, isso quer dizer que você pode acenar para quem perde hoje com a possibilidade de ganhos no dia de amanhã. Essa possibilidade de certo controle sobre o futuro é que torna o pacto social viável, do ponto de vista econômico. É claro que isso supõe um governo que tenha algum grau de coerência, permanência, credibilidade, etc., como disse o Faria. Essa é a noção que viabiliza o pacto. Se você não tiver um governo com credibilidade, ninguém pode prometer nada para o futuro. Então, fatalmente, em vez de pacto social você tem um conflito.

Luis Aureliano de Andrade — Eu apenas acrescentaria uma restrição de ordem política: nesse momento inicial do pacto, dificilmente se poderia tornar mais penosa a situação da classe trabalhadora. Eu acho que isso seria politicamente inviável, mesmo que o governo tivesse credibilidade.

Wilver Faria — O que me preocupa, na idéia de pacto, é seu caráter pouco dinâmico. Para mim, o pacto é um projeto que recebe a confiança da sociedade na medida em que realiza essas transferências de renda e riqueza de maneira aceitável, em benefício do desenvolvimento. Trata-se, então, de saber quais são as forças que podem, neste momento, oferecer uma hierarquia de prioridades, ao longo do tempo, que otorgue credibilidade ao processo de transferência de recursos.

Bolívar Lamounier — Seja qual for o matiz adotado na discussão do pacto social, todos frisarão, de maneira contundente, o aspecto crucial da credibilidade e da legitimidade desse novo governo, que se vai formar para suceder ao presidente Figueiredo.

### Atores definidos

Waldir de Góes — Mas houve, também, uma evolução da idéia de pacto. A idéia evoluiu de algo a ser fabricado previamente para algo a fazer-se, como um processo. E, como tal, acho que a idéia é rica, porque a viabilidade desse fazer-se depende da legitimidade. Só a legitimidade do poder político permite que as decisões sejam aceitáveis, ou pelo menos toleradas, e assim têm alguma possibilidade de serem efetivamente implementadas.

Amaury de Souza — É manter a idéia do pacto separada da idéia de negociação política. Esta última tem um foco específico: a constituição de um governo legítimo, com credibilidade. A questão do pacto, a meu ver, vai um pouco mais longe. Mesmo não tomando no sentido estrito que o Pérsio enfatiza, pois esse poderia ser um pacto sem atores, pode-se fazer isso perfeitamente com os instrumentos da política econômica.

Um exemplo é a unificação do salário mínimo, no plano nacional, uma medida redistributiva que tem um forte impacto sobre o Nordeste e a região Norte. É uma antiga reivindicação do movimento sindical. No entanto, nem o Nordeste nem o movimento sindical foram ouvidos. Aliás, os governadores nordestinos estão apavorados, porque tal medida estourará todas as folhas de pagamento do funcionalismo já no próximo mês. Ela deverá ter um impacto fantástico sobre o mercado interno, no Nordeste, a médio prazo. Essa é uma medida de política econômica tomada sem consulta específica a nenhum dos atores diretamente interessados. Imagino que os empresários locais, ou mesmo a tecnocracia da Sepplan, tenham tido esse interesse.

Em minha concepção do pacto, o fundamental é que existam atores claros. É um pacto entre empresários e empregados, reduzindo-se ao mínimo a participação do governo, no plano estritamente legal. Concordamos inteiramente que deve haver plena autonomia sindical, plena liberdade sindical, que o Ministério do Trabalho deve reduzir, ao máximo, a sua área de intervenção.

Waldir de Góes — As áreas de consenso são muito escassas em relação a isso.

Amaury de Souza — É fundamental, nesta idéia, que os atores envolvidos sejam responsáveis pelo cumprimento do pacto junto a suas próprias bases, a seus próprios constituintes. Este aspecto independe da credibilidade do governo. Indiretamente, pode haver uma ligação. Mas o que os interlocutores realmente necessitam é de organizações poderosas.

Roberto Macedo — Para casos trabalhistas, pode-se dispensar o governo. Mas se se trata, por exemplo, da questão de preços, salários e inflação, isso é inconcebível, até porque o governo pode fraudar esse pacto através de outras medidas.

Amaury de Souza — Sem dúvida nenhuma. Mas é necessário que as partes também cumpram, assumam os seus compromissos e cumpram.

Luis Aureliano de Andrade — Este é o ponto essencial. A idéia de pacto tem requisitos para os quais o sistema político não está aparelhado. Ela requer certo altruísmo, certo amadurecimento político e muita credibilidade dos atores. Por outro lado,

tudo esse movimento de consolidação democrática está sendo feito com um certo modelo de desestatização ou, pelo menos, de redução do papel do Estado, quando, na verdade, um pacto social vai exigir um Estado muito mais competente para a sua própria gestão. Como a ocorrência de todas estas condições me parece improvável, a meu ver o pacto consistirá sobretudo na renúncia a interesses imediatos em favor de ganhos no futuro.

Pérsio Arida — Vejo essa questão de um ponto de vista estrito, qual seja, o do pacto necessário para viabilizar a recuperação econômica. É claro que esse pacto tem de ter atores e tem de levar em conta o governo. Mas o ponto central é que alguns aspectos podem ser descentralizados, outros não. Dou dois exemplos. Um deles seria o do investimento público. O investimento público implica que as estatais tenham recursos. As estatais não têm recursos porque têm uma dívida em dólar. Mas, caso se perdesse a dívida em dólar das estatais, o que pode ser feito por um decreto é exatamente o equivalente a impor impostos sobre todo mundo, transferindo a receita para as estatais. Isso quer dizer que todo mundo vai ficar um pouco mais pobre. Quase todo mundo vai tentar reagir.

Eu estou usando a expressão “todo mundo”. O problema é o seguinte: quem representa o “todo mundo”, quem é o “todo mundo”? Eu sei quem são as estatais, mas não sei quem é o “todo mundo”, do outro lado. Este exemplo é interessante, porque é muito freqüente essa situação em que um ator é claro e o outro ator é meio obscuro. “Todo mundo”, no caso, é meio obscuro. Não adianta o governo resolver o problema por decreto, sem ouvir o “todo mundo”, porque todo mundo vai sentir-se mais pobre e vai reagir aumentando os preços dos seus bens e serviços. Então o processo de negociação não é só uma questão de credibilidade. Obter a representatividade dos vários segmentos é algo muito complicado. Quando digo que instaurar a democracia formal é uma condição necessária, é porque boa parte do nosso problema atual é que não se tem os representantes responsáveis em nenhum dos grupos envolvidos. Mesmo a existência de um Congresso mais forte, em condições democráticas, não assegura uma resolução completa para esse problema.

Bolívar Lamounier — Certo, mas quando falamos em redemocratização, estamos pensando em algo mais do que isso. Estamos falando em um processo dinâmico que restaure a autoridade do poder público.

Pérsio Arida — Isso. Tem de restaurar a autoridade. Possivelmente, o próprio processo de representação vai ter de se dinamizar, ao longo desse processo. É possível que a atuação dos partidos seja insuficiente para alguns tipos de problemas econômicos.

Walter Barelli — Pacto lembra contrato assinado. As classes empresariais fizeram um pacto, em 1977, rompendo com o governo e partindo para dar sustentação à abertura, o que levou a uma mudança de comportamento em relação aos trabalhadores. Não sei se o termo correto para isso seria pacto. Nestes próximos três anos, em vez de pacto nós teremos de pensar em consenso.

Não se trata de um jogo de troca ou de barganha, como os economistas insistem em dizer, pois tem gente que não tem mais o que dar. As mudanças conquistadas pelos trabalhadores, em 78 e 79, foram obtidas porque as resistências do lado de lá diminuíram. Ninguém podia alegar que a lei não era arrochante e que os salários não eram baixos. Havia um acordo de que era preciso mudar. Antevejo uma saída por aí, ou seja, na medida em que os outros atores tomarem consciência de que não dá para se continuar mantendo o atual grau de exploração social.

Bolívar Lamounier — Isto quer dizer que você está falando no reconhecimento de alguns limites. Um mínimo de consenso viria por aí.

Roberto Macedo — Em termos de evolução do sistema político, sou pessimista. Estamos muito longe desse pacto social e econômico. A perspectiva, no momento, é de que as coisas ou continuem como estão, com coerção e manipulação, ou caminhem para uma democracia formal, que não é suficiente para uma solução contratual razoável. E que pode resvalar para uma coerção sancionada democraticamente, em termos de política econômica ou, eventualmente, até descambar para o populismo.

José Eduardo Faria — O campo temático da discussão é bastante amplo e o nosso espaço, curto. O Idesp e o JT agradecem a todos vocês a presença neste debate.

## Os debatedores

**Pérsio Arida** é PhD em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.), professor de Economia da PUC do Rio de Janeiro, pesquisador do Wilson Center, no Smithsonian Institute, e autor de um *best-seller* sobre a dívida externa brasileira.

**Wilver Faria** é PhD em Sociologia pela Harvard University, pesquisador do Cebrap e professor da Unicap, além de dirigir uma das fundações do governo de São Paulo.

**Walter Barelli** é economista pela USP, sindical de Estudos Sociais e Econômicos) e professor de Economia da PUC de São Paulo.

**Francisco Wefort** é professor adjunto de Ciência Política, na USP, pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

**Roberto Macedo** é professor de Economia da FEA-USP e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica.

**Waldir de Góes** é professor de política na Universidade de Brasília, analista de risco político e autor de *O Brasil do General Geisel*.

**Amaury de Souza** é PhD em Política pela M.I.T., professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e pesquisador do Wilson Center, no Smithsonian Institute.

**Luis Aureliano de Andrade** é PhD em Chicago e professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Bolívar Lamounier** é PhD em Política pela Universidade da Califórnia-Los Angeles, professor de Ciência Política da USP e diretor do Idesp.

**José Eduardo Faria** é professor-adjunto do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da USP, *visiting scholar* da University of Wisconsin e autor de *Retórica Política e Ideologia Democrática*, recentemente publicado pela editora Graal.

